

Berço de ouro: a mobilidade social dos ricos brasileiros

Rafael Guerreiro Osório*

O campo de estudo dos ricos no Brasil recebeu uma série de novas contribuições em tempos recentes. Trata-se de tema espinhoso. Todos reconhecem a existência dos ricos (embora alguns nunca tenham tocado ou visto um). E muitos parecem acalentar o sonho de ser rico, a julgar a extensão das filas para jogar quando a Mega-Sena acumula. Porém, parte das pessoas ricas acha que rico é aquele que tem ainda mais do que elas. Tal percepção não é exclusiva desse grupo. A atitude de considerar rico aquele que tem mais do que tenho parece até instintiva. Por que algumas das pessoas que seriam consideradas ricas por 95, 98 ou 99% da população, recusam tal rótulo? Seria ruim ser rico? Seriam pessoas religiosas e apreensivas quanto às conseqüências de camelos não passarem pelo buraco de agulhas, ou seja, sobre suas probabilidades de entrada póstuma no Reino dos Céus? Baixa auto-estima? Medo de seqüestro?

A justificativa avançada para o estudo dos ricos no artigo de Medeiros pode ajudar a elucidar tal recusa. A razão de se estudar os ricos é o fato de que as soluções viáveis para a redução da pobreza no Brasil necessariamente terão que envolver alguma forma de deixar os ricos menos ricos. Descartadas as sempre sugeridas políticas de controle populacional por se já ter provado que os pobres não o são por se reproduzirem como coelhos, e também as vãs esperanças de que o crescimento econômico *per se* tenha o condão de tudo resolver, sobram as políticas de cunho distributivo. No Brasil, os ricos são relativamente mais ricos que os de outros países, pois se apropriam de uma parcela relativamente maior da renda total. Se se apropriam de uma fatia maior, isto necessariamente implica um bolo menor para os não-ricos dividirem. Portanto, os ricos

* Do Centro Internacional de Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. E-mail: rafael.osorio@undp-povertycentre.org.

brasileiros têm culpas a expiar em relação aos pobres do país. Talvez por reconhecerem isto – ainda que tal reconhecimento possa estar soterrado em alguma caverna do inconsciente, sem incomodar nem um pouco – façam tanta questão de não aparecer.

Além da resistência de parte dos seus objetos, os estudos sobre os ricos enfrentam dificuldades de obtenção de informações, dilemas metodológicos e teóricos. E padecem – raríssimas exceções – por desprezarem um outro campo de estudos, o da mobilidade social, cujas realizações e descobertas podem em muito contribuir para o progresso do estudo dos ricos. Mas já conseguiram produzir um conjunto razoável de informações sobre o grupo. Curiosamente, tais informações salientam a necessidade de um diálogo com o campo da mobilidade social, como se verá adiante.

Algumas dessas informações são óbvias, mas mesmo assim comprová-las empiricamente é importante. Assim, sabe-se que os ricos têm um padrão de consumo diferenciado que envolve maiores gastos com a sua própria reprodução (educação e saúde dos filhos) e com fins hedonistas (cultura, lazer e a própria saúde). Que os ricos concentram as remunerações pela propriedade sob a forma de aluguéis e juros, embora este tipo de rendimento contribua mais para estratificar os ricos do que para diferenciá-los dos não-ricos. E que há mais ricos nas regiões do país onde há mais riqueza.

Porém, estaria enganado aquele que apressadamente acusasse as evidências disponibilizadas pelos estudos sobre os ricos de não serem mais que um conjunto de obviedades. Tais estudos também mostraram que as transferências do Estado, tanto sob a forma de previdência quanto como juros, são regressivas, mas por si não fazem os ricos. Que embora os ricos apresentem uma estrutura etária mais envelhecida do que a do restante da população, não é por não terem filhos ou por viverem em grupos domésticos de estruturas singulares ou com menor número de membros que eles são ricos. Também não faz diferença o número de membros trabalhando e provendo renda, pois a força de trabalho do grupo doméstico tende a ser totalmente aproveitada por famílias ricas e não-ricas. E os ricos não trabalham maior número de horas do que os pobres. Ou seja, não há diferenciais de operosidade entre ricos e não-ricos. Portanto, não deve ser por aderirem a uma ética do trabalho que os ricos são ricos.

Não trabalham mais, não estudaram mais, porém, ganham mais. Uma das coisas que mais diferencia os ricos dos não-ricos é a alta remuneração deles no mercado de trabalho. Mas as variáveis que normalmente são usadas em equações de rendimentos do trabalho, experiência, escolaridade, raça etc., não permitem entender os porquês de alguns serem ricos. Sabe-se apenas que o rico é ou foi, via de regra, um trabalhador muito melhor remunerado que outros com características observadas semelhantes.

A crítica mordaz levantaria neste ponto o fato de que as descobertas já feitas pelos estudiosos dos ricos no Brasil é que não bastam, pelos dados disponíveis, para saber quais os fatores individuais ou familiares dos ricos que fazem deles ricos. Realmente, a maior parte dos determinantes da condição de rico está no resíduo: tal condição é produzida por um conjunto de variáveis não observadas nas pesquisas em que se baseiam tais estudos. Em contraponto, uma observação construtiva se aproveitaria da redução do escopo de explicações possíveis proporcionada pelos estudos para perguntar quais seriam as variáveis não-observadas importantes e por que elas não estão disponíveis para pesquisa.

A maior parte das variáveis que são trabalhadas nos estudos, e que freqüentemente são apontadas nas justificativas mais veiculadas para a maior riqueza de algumas pessoas, de famílias com menos filhos à maior operosidade, passando pela educação, são coisas que as pessoas “conquistam”, ou resultados de decisões tomadas ao longo da vida. Estão relacionadas a um dos dois pólos fundamentais da estratificação social, o da aquisição. O outro pólo é o da atribuição, que reúne as características que são dadas aos indivíduos no nascimento, como o gênero, o parentesco, a raça, a nacionalidade, etc.

Ao redor do pólo da aquisição, portanto, estão as características cujos resultados “dependem” das ações individuais. Dois meninos podem começar a estudar piano na mesma idade, mas se um dedicar o dobro de horas diárias ao estudo do instrumento, quase certamente será melhor pianista que o outro, ao cabo de alguns bons anos. Esta dedicação extra pode, na maturidade, fazer a diferença entre o pianista doméstico e o *pop-star* da música. Porém, os mecanismos de seleção nem sempre funcionam no sentido de colocar o melhor na posição que em tese o exige. Além disso, há que se introduzir ao menos um terceiro menino nessa história, aquele cujos pais não podiam pagar pelo piano ou pelas aulas.

O terceiro menino ilustra o fato de que nada depende exclusivamente das características que o indivíduo desenvolve ao longo de sua trajetória. Tudo que é adquirido pelos indivíduos tem o traço do que lhes foi atribuído por nascer em uma determinada época, em um lugar e em uma família. As oportunidades que as pessoas encontram em suas vidas, são em larga medida produtos de sua origem social, das características que lhes são atribuídas sem que a pessoa tenha que se esforçar para tê-las, ou sem que possa resistir ao processo de atribuição. Obviamente, o esforço individual é importante, pois o grau de aproveitamento das oportunidades é muito variado. No caso dos ricos, todavia, a julgar pelos resultados dos estudos, não é a dimensão da aquisição que importa: ao simular que todos os trabalhadores possuíam o mesmo retorno às características não observadas, Medeiros constatou que quarenta vezes mais famílias se tornariam ricas do que se simplesmente simulasse que todos os trabalhadores haviam adquirido o mesmo nível educacional.

Se os ricos não o são exclusivamente, ou majoritariamente, por resultado de seus próprios esforços, pelo seu planejamento familiar, pela escolaridade ou por sua operosidade, por que são ricos então? É comum especular sobre algumas possíveis causas. A mais recorrente nas explicações seria a maior qualidade do estudo dos ricos, que faria deles trabalhadores mais produtivos. Mas a diferença de produtividade implicada por esta qualidade extraordinária teria que ser muito grande para justificar as diferenças deles em relação aos demais trabalhadores, como pondera Medeiros. Outras possíveis causas seriam: inserção em redes privilegiadas de relações sociais, a posse de capital cultural e a propriedade de recursos produtivos. Ou seja, características que os ricos têm por terem nascido ricos e por terem convivido com outros ricos. Características relacionadas à origem social e que os ajudam a continuar em tal situação. É na consideração dessas características que os estudos sobre os ricos têm deixado a desejar.

Neste ponto, os estudos de mobilidade social que se dedicam tanto ao papel do atribuído quanto ao do adquirido na definição das posições sociais ocupadas pelos indivíduos adultos, acrescentam pistas importantes para entender como se produzem os ricos. No caso dos realizados no Brasil, alguns fatos estilizados que emergem transversalmente destes es-

tudos, independentemente dos esquemas de estratificação ou classificação socioeconômica empregada, permitem entender algo mais sobre os mecanismos de formação da classe mais rica¹. Assim, o estrato mais rico, conjuntamente com o do extremo oposto, o mais pobre, sempre apresenta um grau elevado de transmissão intergeracional de situação socioeconômica, de imobilidade social. Isso quer dizer que grande parte dos ricos é composta por filhos de ricos.

A perspectiva intergeracional adotada nos estudos de mobilidade permite averiguar também que parte significativa dos ricos foi recrutada em estratos menos ricos. Entretanto, isso não quer dizer que as pessoas que se esforçam têm um lugar garantido entre os ricos. A maior parte dos ricos que são oriundos de estratos não ricos tem sua origem social em estratos muito próximos do mais rico. Afinal, a sociedade brasileira pode ter mobilidade elevada segundo algumas análises, mas é uma aonde poucos sobem muito e muitos sobem pouco. E o grosso do recrutamento realizado nos estratos não-ricos é para a ocupação de novas posições criadas por mudanças estruturais que têm muito pouco a ver com esforços individuais, como a urbanização, a industrialização e as mudanças tecnológicas.

Portanto, pelo que se sabe até o momento, parece acertado dizer que o que faz os ricos é, principalmente, o nascimento. As pessoas ricas, salvo exceções que não invalidam a regra, nascem quase ricas, pouco ricas ou muito ricas. São filhos de pais ricos, que lhes transmitem além da riqueza, educação, códigos de conduta, redes de relacionamento, gostos e estilo de vida que constituem um salvo-conduto para a permanência entre os que têm berço de ouro.

Infelizmente, pesquisas com dados que permitiriam estudar melhor os fenômenos da atribuição de posição, além de estarem sujeitas a todos os problemas metodológicos relatados por Medeiros, e mais alguns, são raras. No Brasil, dados que permitem investigar características atribuídas quase inexistem. Nos levantamentos regulares, para as pessoas adultas, fica-se restrito ao sexo, à raça e à unidade da federação de nascimento. Há poucas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios com informações sobre a origem social das pessoas. No momento, a última edição a contar com tais informações, a de 1996, já conta quase uma década de idade. É uma ausência curiosa, dado o poder explicativo de variáveis como

a educação e a ocupação dos pais quando a pessoa era criança ou no início da adolescência.

Talvez esta ausência possa ser entendida se nos remetermos ao contexto da década de 1960, quando foi elaborado o desenho básico dos levantamentos domiciliares que são realizados por várias nações do mundo em moldes muito semelhantes. As visões legitimadoras do *status quo* de então, que persistem fortes até hoje, tentaram ocultar os traços da atribuição, exagerando a independência da aquisição. A fábula engendrada por tais visões dizia que as sociedades industriais desenvolvidas representavam o auge da transição de um modelo, no qual a posição das pessoas na estrutura social lhes era quase que totalmente atribuída pelo nascimento, para outro, no qual as posições são quase integralmente conquistadas pelos indivíduos devido aos esforços pessoais e às decisões tomadas no curso de suas vidas. Dizia tal fábula que, ao menos nestes países que haviam se desenvolvido e completado a transição, se vivia em sociedades nas quais as pessoas competiriam em igualdade de oportunidades, nas quais estaria instaurada uma meritocracia, em aperfeiçoamento, mas caminhando no rumo certo, ainda que às vezes mais lentamente do que se desejaria. As informações das pesquisas refletem esta fábula, são levantadas para estudar este mundo fictício onde o indivíduo produz sua própria história a despeito de sua origem social.

Os estudos sobre os ricos colocam tais narrativas em xeque ao mostrarem que as principais justificativas discursivas para a maior riqueza de alguns, baseadas em processos de aquisição, não se sustentam. Isto vale até para os ricos pouco ricos de uma pesquisa domiciliar – que quando oportuno tergiversam: “ricos não, classe média, talvez média-alta”. E se nem ao menos para estes a operosidade, o sacrifício e a dedicação ao estudo e ao trabalho funcionam como boas explicações de sua condição socioeconômica privilegiada, que dirá para os ricos muito ricos, aqueles que não abririam suas portas para perder tempo com pesquisas se porventura dessem o azar de serem selecionados em alguma amostra.

Estou convencido de que em um país desigual como o Brasil, o estudo dos ricos, realizado em diálogo com o da mobilidade social, será crucial para entender os mecanismos de concentração de riqueza e poder que o mantém nesta armadilha, com uma pobreza muito maior do que se sim-

plesmente tivéssemos um nível semi-selvagem de desigualdade ao invés do selvagem nível atual. É preciso entender e estudar os dois pólos da distribuição, ricos e pobres. Mas já há tantas contagens de pobres, tantos estudos sobre “comunidades”, favelas, catadores de lixo, moradores de rua; e tão poucas contagens de ricos e estudos sobre os *country clubs*, a convivência social nas marinas entre os proprietários de veleiros oceânicos, ou confrarias de apreciadores de charutos e de enófilos. Uma análise foucaultiana diria que o saber sobre os pobres gera um poder sobre os pobres. Poder sobre os pobres mantém o *establishment*, poder sobre os ricos pode ajudar a transformá-lo. Para ter poder sobre os ricos, será também preciso acumular saber sobre eles.

Nota

¹ Cf., dentre outros: PASTORE (1979); VALLE SILVA (1979); CAILLAUX (1994); SCALON (1999); PASTORE, VALLE SILVA (2000); OSORIO (2003).

Referências bibliográficas

- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- VALLE SILVA, N. As duas faces da mobilidade. *Dados*, Rio de Janeiro, n.21, 1979.
- CAILLAUX, E.L. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, 1994.
- SCALON, M.C. *Mobilidade social no Brasil: Padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.
- OSORIO, R.G. *Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2003.

Recebido para publicação em maio de 2005.

